



COMUNICADÒ DO CONSELHO DE MINISTROS

Presidida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, General Umaro Sissoco Embaló, o Conselho de Ministros reuniu-se hoje, dia 1 de Novembro, no Salão Nobre “Francisco João Mendes-Tchico Té”, do Palácio do Governo, em Bissau.

Aberta a Sessão, o Primeiro-Ministro teceu breves considerações quanto ao bom nível de negociações, sobre o Acordo de Princípio de revisão do Protocolo de Acordo no domínio da Comunicação Social entre o Governo da República da Guiné-Bissau e o Governo da República Portuguesa.

Dessas negociações, já são dignas de registo o acordo entre as partes para a reposição dos sinais da RTP África no território nacional, via satélite, assim como o de fazer respeitar o princípio da liberdade de imprensa.

Percorrendo o capítulo das Informações Gerais, o Plenário Governamental reteve sua atenção nas que se seguem:

- **Do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** sobre a proposta de Despacho que reajusta a substituição dos membros do Governo por motivos de ausência ou impedimento, refletida na Orgânica do Governo;
- **Do Ministro da Educação e do Ensino Superior** incidindo sobre a complexa situação que se vive no sector devido ao não funcionamento, em pleno, das aulas, não obstante a abertura oficial do Ano Letivo 2017/2018 declarada no dia 12 de Outubro findo.

Contra-pondo-se às orientações do Ministério da Educação e do Ensino Superior, os Sindicatos do setor, o SINAPROF e o SINDEPROF, não se dignaram iniciar as aulas e, 18 dias depois, ou seja, no dia 31 de Outubro, entregaram um pré-aviso de greve, prevendo a paralisação das aulas por um período de 15 dias úteis, a decorrer de 6 à 24 de Novembro corrente.

Para o Conselho de Ministros, o posicionamento do Sinaprof e Sindeprof, para além de lamentável, torna-se inexplicável e constitui um sério atentado ao princípio da legalidade e da boa colaboração entre o patronato e os sindicatos, pois, a análise dos dados prova que a greve começou muito antes do tempo previsto.

Em consequência, o Conselho de Ministros, em defesa dos superiores interesses do País, no processo do ensino aprendizagem, manditou os Ministros da Presidência do Conselho de Ministros, da Economia e Finanças, da Função Pública e da Educação no sentido de prosseguir as negociações com os Sindicatos, em ordem à se ultrapassar, quanto antes, a paralisação vigente.

- **Do Ministro das Pescas**, anunciando o apresamento, devido a adulteração dos dados referentes ao GT (Tonelagem Bruta) de 11 navios de pesca, na sequência de missões de fiscalização marítima promovida pela FISCAP em estreita colaboração com a Guarda Nacional e Marinha de Guerra nacional.
- **Do Ministro do Turismo e Artesanato** relativo à necessidade de se criar condições para um adequado uso da Praia Fluvial "LUCO", na zona de Bissalanca, arredores de Bissau.

Seguidamente, o Coletivo Governamental ouviu a apresentação do Relatório da Campanha de Castanha de Cajú 2017.



De autoria do Ministério do Comércio e Promoção Empresarial, o Relatório foi longa e profundamente debatido, tendo depois sido aprovado, com recomendações de se introduzirem alterações, entretanto sugeridas.

De igual forma e já na parte legislativa, o Conselho de Ministros debruçou-se sobre um conjunto de projectos de diplomas e, na sequência do qual, deliberou:

1. Aprovar o projecto de Decreto relativo à Política Nacional de Igualdade e Equidade do Género, abreviadamente designada PNIEG, *visando mitigar ou eliminar as situações de desvantagens e vulnerabilidades das mulheres perante os homens.*
2. Aprovar, com alterações, a proposta de Lei de Família de Acolhimento Temporário, *regulamentando-se assim a figura jurídica das Famílias de Acolhimento.*
3. Aprovar, com alterações, o projecto de Decreto sobre o Regime de Licenciamento e Fiscalização das Casas e Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens, *com o propósito de se garantir o direito à um lar para todos, como um dos direitos fundamentais.*

Bissau, 1 de Novembro de 2017

O Ministro de Estado da Presidência do Conselho de
Ministros e dos Assuntos Parlamentares,



Soares Sambú
Soares Sambú